Centro de Estudos Bahianos

JOSÉ BONIFÁCIO DE ABREU MARIANI

POVOAMENTO DA BAHIA: SÉCULO XVI

PUBLICAÇÃO
SALVADOR - BAHIA

30 DE SETEMBRO DE 1971

JOSÉ BONIFÁCIO DE ABREU MARIANI

POVOAMENTO DA BAHIA: SÉCULO XVI

SALVADOR BAHIA — 1971

O bacharel José Bonifácio de Abreu Mariani, advogado, deputado estadual, professor universitário, falecido em 1950, estava elaborando tese de concurso para Docência Livre de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Bahia, da qual é o presente trabalho o capítulo inicial, não revisto pelo autor. O manuscrito foi encontrado entre os papéis do extinto.

POVOAMENTO DA BAHIA: SÉCULO XVI

José Bonifácio de Abreu Mariani
1917-1950

I

Fundada por Thomé de Souza a Cidade do Salvador, não podiam seus habitantes ficar inativos na contemplação da sua maravilhosa Bahia.

A conquista da terra era um imperativo da existência.

Não está no plano dêste livro o desenvolvimento da cidade pròpriamente dita. Outros de certo se incumbirão de fazê-lo.

Os documentos do govêrno de Thomé de Souza, numèricamente não são poucos mas imprestáveis ao nosso estudo. As inúmeras previsões ou registros de despesas refletem a preocupação fundamental: a fundação da cidade. As cartas do governador para El Rey relatam suas atividades no consolidar a colônia e corrigir os erros do período tumultuário e desbragado das capitanias.

Já no govêrno de D. Duarte da Costa, embora sem muita precisão, pode-se definir o limite da expansão do branco nessas paragens.

Uma observação torna-se, contudo, necessária.

A documentação dêsse primeiro período (1549/1589), não é tão pequena. Mas pelo seu caráter um tanto brumoso e impreciso, ela deve ser olhada sempre concatenadamente. Não é de estranhar, pois, que, no decorrer dêste trabalho, tenhamos de completar ou esclarecer referências vagas dos govêrnos de Mém de Sá ou Luiz de Britto, baseando-nos na maravilhosa obra de Gabriel Soares ou nos volumes na Visitação do Santo Ofício, ou ainda no Discurso das Aldeias, na verdade, as fontes essenciais dêste capítulo.

No govêrno de D. Duarte os primeiros trabalhos de cultura e criação — ocupação efetiva da terra — se fizeram ao longo do mar na peninsula em cuja extremidade está a cidade, isto é, pelo lado do oceano se estenderam a pouco além de Itapoan, e pela orla interior até a fazenda de João de Avelosa.

Itapoan conserva até hoje o seu nome. Aí havia um curral de Garcia de Ávila, o conhecido ascendente da Casa da Torre. Em que distância já a colonização ultrapassava o lindo sítio não é pos-

sível fixar-se. Apenas se sabe que pouco além ficava um vaqueiro com vagas de moradores não identificados **(Carta de D. Duarte de 10 de junho de 1555).**

De Itapoan para a cidade ou para Vila Velha, não há indicações precisas de localização dos currais. Devia haver vários porque os vaqueiros são mencionados pelo menos como mais de cinco e eram auxiliados por escravos e escravas.

João de Avelosa foi dos primeiros povoadores da capitania. Suas terras lhe foram doadas por Francisco Pereira Coutinho. Chegou a iniciar a construção de um engenho. Com o desbarato do donatário retirou-se para a ilha da Madeira.

Pode-se localizar a sua fazenda, aproximadamente, porque nela mandou El-Rey que se construísse um engenho para atender às necessidades dos moradores **(Docs. Hist. 35, 321).** A ordem só foi, aliás, cumprida por Mem de Sá **(capítulo 9 do seu Instrumento).**

Pela descrição de Gabriel Soares fica um pouco aquém de Lobato. Havia ali três moradores, cujos nomes não se sabe **(Carta de D. Duarte, cit.).**

Entre a fazenda e a cidade ficava o Engenho de Antônio Cardoso. Será o provedor-mor Antônio Cardoso de Barros. É, evidentemente, o que trinta anos depois pertencia a João de Barros Cardoso. Ficava aí pela atual Penitenciária ou no Gazômetro, ponto de penetração máxima do esteiro.

Havia algumas roças no espaço intermédio entre as duas orlas marítimas. Os seus locais, jamais de certo, o saberemos. Mas pelas vagas expressões de D. Duarte, pode-se conjeturar que as mais longínquas não iam além da atual Estrada da Liberdade.

Mas, essa ocupação era das mais precárias. Nessa pequena área misturavam-se as lavouras e criações dos brancos com inúmeras aldeias dos índios.

Pela costa a primeira era do Rio Vermelho, e em seguida só vinha Itapoan. Mas para dentro existiam mais cinco (entre Brotas e Cabula?).

Do lado interior, só entre a cidade e o Engenho havia outras sete, além da maior de tôdas a Porta Grande (Calçada?).

E pelo alto, naturalmente hoje, entre São Lourenço e Santo Antônio mais três.

Isto sem se falar nas do bloco de Itapoan que ficariam entre êste sítio e São Caetano atual. Não se sabe quantos. "Os gentios sendo muitos e passando por muitas aldeias" diz D. Duarte e El-Rey.

Também em Itapagipe havia uma taba.

Em 26 de maio de 1556, abriram os índios suas primeiras hostilidades declaradas aos brancos. Houve uma coligação, na qual só não entraram os de Itapoan.

Saltaram no Engenho de Cardoso e intimaram-no a despejá-la. E no caminho flecharam um morador com seu escravos.

Em seguida dirigiram-se até Itapoan apreendendo todo o gado dos moradores e fazendo prisioneiros os vaqueiros, o filho de um lavrador e vários escravos. E estando três moradores, sem permissão em aldeias distantes, prenderam-nos também.

Era um domingo. Na noite dêsse mesmo dia iniciaram-se as represálias e uma fôrça de 6 cavaleiros e vários infantes atacou a

Porta Grande. Resistiu o íncola como pode com cercas e fossos. Mas a aldeia foi vencida, vários mortos, o principal aprisionado. A aldeia foi queimada, assim como as que lhe ficavam visinhas (duas).

A 29 o gado de Itapoan foi retomado e trazido para a cidade.

Mas, nos dias imediatos reuniram-se os selvagens e cercaram o Engenho de Antônio Cardoso.

Então o governador ordenou aquilo que, já de há muito devia estar no desejo dos moradores: a represália geral.

Uma fôrça de 200 homens a pé, vários cavaleiros e escravos dirigiram-se ao Engenho. Levantando o cêrco, começou o ataque as aldeias, cinco foram tomadas e incendiadas; mas os da principal que seriam mil desafiaram a gente do governador. A cêrca foi atacada, feridos alguns brancos; quase todos os principais morreram. E o destroço entre os índios foi tal que depois se achavam os cadáveres pelo mato.

De volta à cidade, a limpa foi geral no caminho: queimaram-se as três aldeias restantes.

Refeitos os moradores, três dias depois iniciaram o ataque pelo outro lado. E do Rio Vermelho para dentro as cinco aldeias foram tomadas e incendiadas. Aliás o gêntio não esperou e abandonou o terreno.

Atemorisados os de Itapoan e Paripe pediram pazes.

II

Diz Mém de Sá que, quando assumiu o govêrno não era melhor a situação. Os moradores viviam sem "ousarem fazer suas fazendas senão ao redor da cidade" porque o gêntio estava em guerra (**Cf. Instrumento pg. 131**).

Não é perfeitamente verdadeira a expressão do governador. Quando assumiu o govêrno o povoamento chegava a Paripe conforme se vê por uma referência das (**Cartas Avulsas (pg. 181)** que melhor examinaremos.

Os índios começavam a abandonar a terra aquém do Joanes, desarticulados pela falta de moradas e enfraquecidos nas guerras intestinas.

E que, por essa época, tornava-se necessidade imperiosa o trabalho escravo. O aumento gradativo dos engenhos e das lavouras impunham-no. Para sobreviver economicamente, com seu escassíssimo povoamento, a colônia precisava escravisar. E o escravo ao alcance era o índio.

Começou a era do resgate. Os prisioneiros em vez de devorados eram vendidos aos portuguêses. Êstes e seus mamelucos, começaram, contudo a usar de outros ardis, e os índios das próprias aldeias eram atraídos com promessas enganosas.

Os que não se deixavam seduzir eram brutalmente tratados. A dorida exposição de Antonio Blasquez nos dá uma idéia da situação (**Cf. Cartas Avulsas, pg. 180**). Os índios classificados como cães, espancados, suas roças destruídas, foram abandonando o terreno.

Mas precisamos julgar nos seus preciosos têrmos aqueles nossos duros avós. Só despejando o índio da terra em que iam viver

poderiam trabalhar em paz, só escravizando-os podiam construir a nova pátria.

Então os padres da Companhia sem o querer — grandes e abnegados idealistas êles eram — ensejaram a consumação da obra de destruição do gêntio.

Antes porém do aldeamento se iniciar em grande escala, necessário foi a Mém de Sá eliminar o gêntio adverso. Dos focos mais próximos, o restante era o da ilha de Curupeba. O governador fêz prender o principal do mesmo nome, com o que se aquietaram os demais (**Cf. Instrumento cap. 5**).

Dos aldeamentos mais distantes, dois também mostravam-se rebeldes: os dos chefes Tupiniquins e Boca Torta.

Os capítulos do governador referem-se o do primeiro como a doze léguas da cidade sem dizer aonde. Mas, pelo depoimento de Heitor Antunes (**Cf. Instrumento pg. 144**), sabe-se que esta aldeia era Tatuapara, que, assim aparece pela primeira vez nos fastos da capitania. O tupeniquin foi preso e trazido à fôrça para a cidade.

Não é possível a identificação da aldeia do Boca Torta. E mencionada como a dezoito léguas da cidade (**Cf. Instrumento cap. 7**). Seria pelo alto Jacuipe, aí por São Sebastião ou Nazaré (do Jacuipe). O principal ofereceu resistência, mas a aldeia foi tomada, mortos muitos dos índios, debandando os demais.

Contudo, o grosso dos índios contrários estavam no Paraguassú. Encontrava-se o governador nos Ilhéus em socorro da capitania, quando teve notícia do início das hostilidades.

Um certo João Pires, pescador, matara um principal. Os índios resolveram vingá-lo. E um dia em que o mesmo conservava com outras pessoas em Itaparica, desembarcaram, mataram-no assim como aos companheiross, levando o barco com as redess e outros materiais de pesca. Os habitantes da ilha embrenharam-se pelos matos, e os da cidade não se aventuravam a sair embarcados.

Voltou às pressas o governador e em oito dias organizou a expedição "punitiva".

O Instrumento não se refere a data. Mas os fatos se passaram em meados de 1558 (**Cf. Cartas Avulsas, pg. 205**).

Com tresentos homens e dois mil frecheiros atravessou o governador a baia. A sua ida, pessoalmente, é afirmada no Instrumento (Cap. 16) e a testemunha Bacharel Mestre Affonso Cirurgião, diz que lá esteve com o governador (**Cf. Instrumento pg. 165**).

Entretanto um depoimento contemporâneo, o de Nóbrega, aliás já citado por Porto Seguro (**Cf. História Geral, I, 379**), diz que Mém de Sá mandou a Vasco Rodrigues de Caldas. E um Jesuita anônimo afirma que "mandou lá o governador a guerreá-los" (**Cf. Cartas Avulsas, 205**).

Só há uma conciliação. Êste último missivista só se refere a destruição de uma aldeia. Esta seria a parte de Caldas. O restante, a operação de mais vulto, aliás, foi obra do governador, que estava se preparando para continuar a guerra (**Cf. Cartas Avulsas ib.**).

Chegados a outra margem os expedicionários resolveram atacar a aldeia do principal Tarajó. Para isto foi necessária a abertura de uma estrada de três léguas, depois do que atacaram de súbito a taba. Foi um destroço. Todos os homens foram mortos e as mulheres e meninos trazidos para a Bahia (**Cf. Cartas Avulsas, 205**).

Em 12 de setembro, Mem de Sá se aparelhava na cidade para a campanha final, o que se efetuou logo. Foram destruidas cento e trinta e tantas aldeias e arrasadas as roças depois de grande mortandade.

As referências a local são tão vagas que não podemos situar com precisão o sitio da "guerra". Mas a testemunha Luis da Costa (**Cf. Instrumento pg. 177**), diz que para se iniciar a destruição tiveram os expedicionários que subir uma serra "de subidas mui altas e asperas". Donde conjeturamos tratar-se do planalto da Muritiba como por sua vez o governador afirma ter contornado o Paraguassu (**Cf. Instrumento cap. 16**), pode-se acreditar que a penetração começou na foz do rio, banda do sul (hoje São Roque), descendo em Muritiba para sair na Cachoeira.

Foram tão terríveis as represálias de Mem de Sá que os índios não mais se levantaram, e as pazes pedidas foram definitivas.

Em carta a El Rey o governador geral podia dizer que nunca estivera tão pacifico o Recôncavo e que as terras conquistadas valiam um reino não só pela extensão como pela fertilidade (**Cf. Carta de Mem de Sá de 31 de março de 1560 in Anaes da Bib. Nas. 27, 227**).

Mas, voltemos aos Jesuitas.

Os padres da Companhia, valendo-se dessa pacificação, iniciaram o aldeiamento em grande escala. No tempo de D. Duarte havia duas igrejas apenas: de Nossa Senhora, na aldea do Rio Vermelho, e São Sebastião na de Tubarão, embora padres doutrinassem em outras três, não especificadas (**Cf. Cartas Avulsas 185**).

A do Rio Vermelho, que ficava no atual morro do Conselho (**Cf. Cartas Avulsas, 158**), foi reunida a outras e formou a grande aldeia de São Paulo, Sem conseguir justificá-lo o Snr. Afranio Peixoto tentou localizá-la em Brotas (**Cf. Cartas Avulsas, 206**).

A informação dos primeiros aldeamentos (**pág. 350**) diz apenas que ficava mais próxima da cidade. Como do Rio Vermelho para esta há cinco caminhos não saberemos qual seguir. Achamos mesmo que se a questão é de proximidade devemos desprezar os de Brotas e Ondina.

A de Tubarão e outras formaram a de Santiago. Um pouco mais além a de São João e na foz do Joanes a de Espirito Santo (**Cf. Informação 352**).

Em 1560 foi fundada a de S. Antonio em Rembé (**Cf. Informação 352**) a 9 léguas da cidade. Não podemos localizá-la. Mas o Joanes estava ultrapassado e vencido meio caminho para o Jacuipe.

No ano seguinte (1561) era a vez de Itaparica, com o de Santa Cruz.

Logo em seguida Tatuapara, seria a de Bom Jesus onde ficavam reunidos todos os índios do Jacuipe diz **Informação**. Naturalmente, os selvicolas entre o Jacuipe e o Pojuca.

No fim do ano, foi fundada São Pedro, dez léguas além. Seria no médio Subaúna. Finalmente pouco depois, S. André, que Salomão de Vasconcelos diz ter sido em Anhebig. Chegara-se assim ao Inhampube (Anhebipe do século XVI).

Em São Paulo estavam duas mil almas; Espírito Santo quatro mil; Santo Antonio duas mil; Santiago quatro mil; São João quatro mil; Bom Jesus quatro mil; São Pedro cinco mil e Santo André três mil. Assim os padres vinham colocar perto de trinta mil índios, reunidos e bem próximos dos povoadores.

A tentação era demasiada forte. Nessa época, a situação era terrível por falta de braços. Todos os contemporâneos referem o desalento geral por falta de "peças".

Foi quando Mem de Sá, em 1562, em plena floração de catequese, declarou feita a guerra aos Caetés pela morte do Bispo e seus companheiros, seis anos antes.

Não há nas cartas dos padres nenhuma acusação ao governador. Mas, é estranhável o proceder dêste, tantos anos decorridos dos fatos que originaram o seu ato. Ainda mais que, nenhuma medida concreta, foi tomada no sentido de se realizar qualquer expedição. Não podemos ir além de conjeturas, mas é crível que o governador, senhor de Engenho, já decretasse a medida prevendo as consequências da mesma. E para confirmar a suspeita há o fato de não tomar Mem de Sá, sempre tão enérgico, nenhuma medida contra os fatos que se seguiram.

Deu-se então a mais calamitosa das perseguições. O pretexto é que muito dos índios pertenciam aos Caetés! E pelas aldeias, pelos matos, pelos caminhos começou o assalto geral. Tanto bastava que saissem êles "das abas dos padres" para serem caçados "como veados e ferrados" (**Cf. Cartas Avulsas, 358**).

E o Padre Leonardo do Vale ficava pasmado por não saber quem "lhes dizia serem daquela carta".

O pobre e ingenuo jesuita, não estava a comprender que a grande vantagem dos colonos residia em não fazer esta distinção! Quem chegasse ao alcance era "Caeté", porque "Caeté" queria dizer escravo.

O destroço foi pavoroso. Os índios de S. André, S. Pedro, Bom Jesus e Santo Antonio ficaram reduzidos a mil (**Informação das Aldeias 356**). Os mais visinhos deste, os de Serigipe e Paraguassu, espavoridos, ganharam o sertão.

Os mais próximos da cidade, também sofreram verdadeiro desbarato para empregar a expressão do cronista coevo. Os únicos excetuados foram os velhos aliados da aldeia de S. Paulo os demais fugiram, despovoando as aldeias (**Informação das Aldeias, 357**). Até os de Santa Cruz em Itaparica, por pavor, exclusivamente fugiram com os de Taperaguá e Tapepigtanga.

Ante o clamor dos padres, Mem de Sá revogou a ordem. Mas, os moradores criaram uma nova modalidade de resgate: induziam os índios a venderem outros que não eram seus prisioneiros nem sôbre os quais tinham o menor ascendente sob alegação de que eram Caetés. Tal a ânsia do civilisado de dar forma jurídica as suas maiores barbaridades!

Ao pobre íncola só restava mesmo sua maior defesa: a fuga.

Para cúmulo, ao primeiro cavaleiro do apocalipse juntaram-se os outros dois, a fome e a peste.

Saciada a ambição, as "peças" seriam excessivas para a exígua expansão da cidade. O resultado foi uma crise alimentar pavorosa agravada pela seca. No findar êste fatídico ano de 1562 morreram trinta mil índios!

No ano seguinte, os restantes quase são liquidados pela bexiga!

Quatro pequenas aldeias restaram, até o findar do século, como resultado de tôda a obra dos padres.

Mas, o objetivo dos colonos se tinha plenamente realisado.

Estava livre a terra desde o Inhambupe até o Paraguassu. Podia ser povoada. Vejamos como se processou tal povoamento.

III

Ao findar o govêrno de Mem de Sá o povoamento estendia-se até doze léguas da cidade. Quem no-lo diz é Vicente Dias (**Cf. Instrumento pg. 189**). Por outro lado sabemos por Gandavo que Paripe já era povoação e que já existiam dezoito engenhos (**Cf. Gandavo, Tratado, 29, e Hist., 88**).

Assim ao entrar a década de 570, a expansão territorial atingia Tatuapara de um lado e Serigipe do outro.

Tentemos reconstituir como se processou a mesma.

O primeiro documento indicando um povoamento organisado, fora da cidade é o da criação da Freguezia de Santa Cruz, Fazenda de Torres (**Docs. 36, 165**).

Aqui se nos depara uma questão duvidosa. Onde ficaria a Fazenda de Torres?

Gandavo afirma que a mais antiga povoação era Paripe.

Luiz Rodrigues diz que estando a quatro léguas da cidade, ia dali a uma légua pregar a uma povoação de brancos "que tem 60 fregueses, que se chama Santa Cruz, povoação de Antônio de Torres (**Cf. Cartas Avulsas, 374**). Estaria assim a três léguas, o que coincide com Paripe.

Entretanto Antonio Blasquez, refere-se a uma povoação de cristãos que está perto de Santiago (**Cartas Avulsas, 412**). E se Santiago era a aldeia de Tubarão, a Carta Ruadimestre de 1557 a dá como a meia légua da Bahia (**Cf. Cartas Avulsas, 161**). Mas, o que impressiona, corroborando a afirmação acima é que a sesmaria de um certo Torres vinha a ficar ali por Plataforma (**Docs. 13, 248**).

Inclinamo-nos, contudo, a admitir como correta a afirmativa de Rodrigues que lá morava e, pois, devia bem conhecer o local.

Quanto a Antonio Torres teria duas sesmarias, morando no que lhe tomou o nome. Esta é que depois se denominou Paripe. E depois que êste nome aparece nas crônicas coevas (1564) aquele desaparece. Gabriel Soares (**Tratado, 153**) refere-se ao engenho de Afonso de Torres. E que as fazendas do porto de Paripe, também chamado de Tubarão, pagavam foro a êle.

Assim, o principal neste ano, mudara-se para Paripe.

Embora o nome Antonio, venha duas vêzes nas referências dos Jesuitas(**Cf. Cartas Avulsas, 362, 374**), ou foi êrro do copista, ou tratase de um parente de Afonso de Torres de quem êle herdou.

Já vimos que o Engenho de Antônio Cardoso era o único no tempo de D. Duarte.

Entre êle a cidade se instalaria, em Água de Meninos, o de Cristovam de Aguiar de Altero. Como se trata de um dos primeiros povoadores, um engenho deve ser considerado como dêsse período.

Junto ao Engenho de Cardoso ficava a casa de "Meles" de Antonio Nunes Reimão. Menciona-a Gabriel Soares. Seria contemporânea de Mem de Sá?

Logo adiante, ficava o Engenho Real em terras onde fora a fazenda de João de Avelosa.

Meia légua adiante estava o Engenho de Diogo da Rocha de Sá.

Em seguida vinha o de Simão da Gama de Andrade, povoador do tempo de Thomé de Souza. Adiante dêste estava a sesmaria de

Antonio de Torres (Docs. 13, 248). O esteiro de Pirajá estava contornado. Estamos na ponta de Plataforma. Do lado oposto, em Itapagipe estava uma olaria e fazenda de gado de Garcia de Ávila.

Daí até Paripe, em 1564 a costa já estava bordada de granjas e herdades (Cartas Avulsas, 427).

A primeira é a de Antonio de Oliveira Carvalhal, povoador de 551, primeiro alcaide-mor da Bahia. Em seguida vem Escada, fazenda dos Padres da Companhia. De Escada a Paripe é Praia Grande, cujos ocupantes não se pode precisar.

Além de Paripe o povoamento seria esparso e centralisado pelos engenhos existentes.

Gandavo refere-se a 18. Vimos a existência de cinco. Quais os outros? Por uma referência indireta de antiguidade feita por Gabriel Soares, um será o de Vasco Rodrigues de Lobato, quinhentas braças para dentro do posto de Paripe, e o outro, seu visinho o de Balthazar Pereira. Como aí estava o maior centro de povoamento devemos incluir o que lhe ficava próximo de Francisco de Aguilar.

Em Cotegipe ficava o de Sebastião da Ponte, dos primeiros que ali se fixaram (Cf. Cartas Avulsas, 353).

Por uma referência de Informação dos aldeiamentos, sabemos que, em 1568, houve revolta de escravos em Passé e Parnamirim. Ali ficavam os dois Engenhos de Tristão Rodrigues e Luiz Gonçalves Varejão, e aqui os de Belchior Dias Porcalho e Antonio da Costa, êstes, dos primeiros povoadores.

Finalmente, o de Mem de Sá na foz do Serigipe.

Os outros quatro constituem enigma. Adotando-se o critério da proximidade, são os em volta de Matuim. Dois de Sebastião de Faria e de Gaspar Dias Barbosa e o de Jorge Antunes.

As terras entre Serigipe e a foz do Paraguassu foram concedidas a Fernão Rodrigues de Castelo Branco (2 1/2 léguas) e Francisco Toscano (2 léguas).

Ao govêrno de Luiz de Britto corresponde uma maior intensificação do tráfico negreiro, e consequentemente maior fortalecimento do organismo econômico da colônia. E, em 1577 tôdas as terras do Recôncavo já estavam dadas (Docs. 14, 455).

Dez anos após, Gabriel Soares nos daria admirável descrição da grande orla da Bahia.

Paripe, maior centro de povoamento, já é freguezia em 1590. Entre os seus povoadores conhecemos os nomes de João Ribeiro, Pero Fernandes, Belchior da Costa, Alvaro Pacheco, Fernão Gonçalves e seu filho Gonçalo Fernandes, Manoel Antônio e Maria Gonçalves e viúva de Luiz Goes.

Em seguida a Paripe vem Toque-Toque; aí ficavam Pedro Teixeira, Luiz de Oliveira e Heitor Gonçalves.

De Toque-Toque se passa a Matuim também já freguezia. Todo o esteiro está completamente povoado. Conhecemos a parentela de Heitor Antunes, cristão novo, casado com Ana Roiz. Pouco além do engenho de Gaspar ficava a Fazenda de Francisco Barbuda e em seguida a de Cristovam de Aguiar os demais conhecidos são Simão Pires, Pero de Aguiar de Altero, Antônio de Aguiar e seu irmão Sebastião de Aguiar, Antônio Pereira, Henrique Moniz, Lucas de Escovar, Francisco de Azevedo, Paulo Adorno e Nicolau Faleiro de Vasconcelos. Do lado oposto além do engenho de Sebastião da Ponte

ficavam Balthazar Martins e Pedro Alvares de Aranha e a ilha de Jorge de Magalhães, a qual se seguia o engenho de Sebastião de Faria. Na bôca de Carnabussú ficava Nuno Fernandes. Na ponte da esteira, o referido engenho de Jorge Antunes. Logo adiante situavam Domingos Lopes e Jeronimo de Parada a que se seguia o outro engenho de Sebastião de Faria, visinho de outras fazendas até a do Deão de Sá.

Aqui entramos na enseada de Jacarencanga onde se inicia a freguezia de Passé sob invocação de N. S. do Rosário. Começa com o engenho de Cristovam de Barros. A êste devia seguir o sitio de Antonio Vieira. A terra visinha estava despovoada em razão de litigio. O restante estava tôda povoada. Seriam os sitios dos lavradores de cana, milho e algodão, Manoel Ferreira, Jeronimo de Barros e Pedro Pias, Gaspar de Barros e Alvaro Sanches, os mais antigos moradores, e Miguel de Roxas Morales, castelhano de nação, Antonio da Costa Castanheira, o mameluco Domingos de Andrade, Domingos Gomes Pimentel e Simão Gomes Varela, alguns dos quais deviam ficar entre Petinga e Alegre.

O restante da costa da freguezia era ocupada pelo engenho de Tristão Rodrigo, visinho do de Luiz Gonçalves Varejão, adiante do qual ficava a casa de "meles" de Marcos da Costa, para finalmente terminar com o engenho de Thomaz Alegre.

Na foz do Petinga, despovoada por questão de litigio, se inicia a freguesia de Tasuapina. O esteiro abre-se em três braços interiores: no primeiro ficava o engenho de Miguel Batista, no segundo o do Andre Monteiro e no terceiro a casa de meles de João Adrião. Um pouco para dentro ficava o povoado de Tasuapina, onde predominava a cultura de algodão e mantimentos. Dos seus ocupantes apenas sabemos os nomes de Gaspar Martins, Marcos de Barros, Antonio Pereira de Carvalho, e Antonio Gonçalves. Daí até Caipe ficava c engenho de Martim de Carvalho, e em frente a Itapitanga o de André Fernandes Margalhão dos maiores da região.

Aqui começa a freguezia de Tamararia. Em frente estão duas aldeias povoadas, uma dos padres da Companhia e outra de Antonio da Costa. Mas além o de Vicente Monteiro e finalmente a ilha dos Frades onde ficavam Antonio Corea, Noitel Pereira e o mestre de açucares Gaspar Roiz.

Em Parnamerim ficava o engenho de Belchior Dias Porcalho, e pelo esteiro a dentro o de Antonio da Costa.

De Parnamerim as terras do Conde a distância era de uma légua; é a terra pròpriamente dita de Tamararia. Gabriel Soares diz estar tudo povoado. Conhecemos os nomes de alguns: Pero Fernandes, Duarte Alvares, João Morgado, Diogo Rodrigues e Lucas Gatto, Rodrigo Martins, seu genro Diogo da Silveira e Antonio Ribeiro.

A Tamararia se seguia a sesmaria de Mem de Sá que pertenceu a seu genro D. Fernando de Noronha 3.º Conde de Linhares. A região, porisso, tornou-se conhecida como Sergipe do Conde. Veio posteriormente a ser freguezia com sede em São Francisco.

No começo da sesmaria fica a enseada de Marapê onde havia engenho do Conde. Mais duas léguas e chega-se a foz do Seregipe. Ali, na ribeira de Traripe fora um engenho de Antonio Dias Adorno. Uma légua e meia além era o engenho de Mem de Sá. Todo êste lado, declara o cronista, não tenha moradores, embora fôsse ótima a terra; do lado oposto existiam várias fazendas entre as quais a dos frades de São Bento, que fora de Gonçalo Nunes feito monge daquela ordem. Sabemos de outros moradores: Pero de Vila Nova, castelhano de

nação, Balthazar Barbosa, Antonio Souza, Francisco Pires, Rodrigo de Almeida, Belchior da Costa, João Gonçalves e Antonio Machado.

Da foz do Seregipe, a sesmaria ainda se prolongava por mais quatro léguas da costa, tudo deserto. As terras de Mem de Sá, constituiam o trecho de mais escasso povoamento do recôncavo, numa prova de feição anti social de grande propriedade. É possível que só os foros de nobreza do proprietário permitissem a retenção de tantas terras incultas contra as leis expressas em contrário.

As quatro léguas e meia restantes, até a foz do Paraguassú, terras que foram como vimos de Francisco Toscano e Fernão Alvares de Castelo Branco passaram ao ouvidor Braz Fragoso. Esse as vendeu a Francisco de Araujo que ali mantinha currais de gado.

Na Barra do Paraguassú morava Pero Domingos, grego de nação, casado com Maria Grega, mestiça de grego e índia.

As duas primeiras léguas, Paraguassú acima, tinham apenas alguns currais. Pelo recôncavo de Iguape mais duas léguas a terra continua fraca até Ubirapitanga. Termina aqui a sesmaria de Toscano, que veio a ter às mãos de Francisco de Araujo.

A partir daí vem uma sesmaria de oito léguas, concedida a Miguel de Moura em 20 de fevereiro de 1577, e já citada por **Felisbelo Freire (Docs. 14, 455).** A concessão caducou, porque a partir de Ubirapitanga, vinha o engenho de Antonio Lopes Ulhôa, propriedade considerável, com uma légua de culturas.

Duas léguas acima começavam as terras de João de Britto de Almeida, filho do Governador Geral Luiz de Britto. Não conhecemos a sesmaria senão pela referência da data do pai, que partindo de detraz da capitania de D. Alvaro se estendia pela cachoeira até Seregipe. Concessão singular, acompanhando o circulo do recôncavo. Começava por engenho de proporções e se estendia por três léguas até perto da Cachoeira. Quase ao findar havia outro engenho que o mameluco Rodrigo Martins fizera de sociedade com o antigo governador geral. Terra escassamente povoada.

Mas, na Cachoeira e nas duas léguas intermedias entre João de Britto e Antonio Ulhôa e do lado oposto a terra era bem povoada. Devemos começar por Antonio Dias Adorno, casado com Antonia Fogaça, que tinha por visinho o cunhado desta Fernão Ribeiro de Souza, ao que parece seu amante. Os irmãos Antonio Serrão e João Vaz Serrão, casados com duas irmãs Catarina Mendes e Leonor da Rosa, da vasta parentela de Fernão Lopes, cristão novo. Antonio Dias, carpinteiro casado com Catharina de Souza, Bartholomeu Garcez, que depois se mundou para Itaparica.

Francisco Martins, lavrador, casado com Francisca da Costa, de que eram visinhos ao que parece, Lázaro Aranha e João Sardinha. André Dias, mestiço e Simão Luiz, frances de nação, fugido criança de um navio de seus patrícios, vivendo dois anos entre os índios, Bento de Lima que foi criado de Cristovam de Barros. Antonio de Goes, oleiro, seu irmão Manoel de Goes e Domingos Dias. E finalmente Antonio Rodrigues que tinha casa de meles em Iguape.

Do lado oposto, na foz, enseada de Igaraçu, abre-se o mar em três braços em dois dos quais havia engenhos, um de Lopo Fernandes e outro de Antonio Dias Adorno. A seguir devia ficar a casa de meles de Gaspar Nunes Barreto, em frente a ilha dos Francezes estava a sesmaria de Egas Moniz, onde estaria a fazenda de Diogo Muniz Barreto. O restante das terras eram ocupadas por Gaspar

Rodrigues com quatro mil e duzentas braças, João Fernandes e Jorge Fernandes com mil quinhentas e mil duzentas respectivamente.

Resta Itaparica, que, em frente a cidade e ponto essencial de ocupação como proteção as mesmas. O povoamento tornando-se por vertice a ponta da Cruz (atual local da cidade) se estendia por duas léguas de cada lado. O restante era escassamente ocupado. Nas pontas dessa expansão ficavam do lado da cidade o curral de Cosme Garção, talvez em Mar Grande. E do lado interior o engenho de Gaspar Pacheco, único da ilha, sede da freguezia sob invocação da Santa Cruz. Entre Mar Grande e a Ponta ficava a fazenda de Fernão de Souza. Não se pode fixar os demais, sabemos de um João de Aguiar, proprietário de casa na cidade, a quem Guiomar de Oliveira fêz feitiço para não lhe cobrar o aluguel.

João Eanes da Costa, lavrador casado, Antonio Roiz, e seu filho Duarte da Costa, André Marante, Gaspar Nunes e Gonçalo Gonçalves, Manoel Lopes, lavrador, casado com Guiomar Pisçara, visinha dos anteriores e de João de Aguiar e Bento Roiz Loureiro casado com Esperança Tourinho, lavrador.

Finalmente pouco depois que Gabriel Soares descreveu o recôncavo, mais três engenhos se instalaram o de Bernardo Pimentel de Almeida, genro de Sebastião de Faria, em Matuim onde, aliás, lavrava o velho João Roiz Palha, o pai de Fr. Vicente; e de Simão da Fonseca, casado com Maria Varela em Pernamirim e o de João de Ramirão em Tanapina

IV

Como se viu, tôda a costa do recôncavo desde a Bahia até a Barra do Paraguassú e daí até Cachoeira, estava completamente ocupada em 1590.

Essa ocupação, contudo, cingia-se à orla marítima; para o interior nada se avançava.

Tal fenômeno é perfeitamente compreensivel em face do sistema de fixação à terra, que se desenvolvia em bases puramente agrícolas. As estradas eram péssimas, no-lo dizem os contemporâneos, agravadas naturalmente, pelo terreno de massapê. Assim as comunicações para o centro exportador e consumidor, eram por via marítima. Daí aproveitarem ao máximo a penetração da maré pelos esteiros e pequeninos rios que neles desaguavam.

O mar interior foi a grande estrada que permitiu a fixação do mais importante centro de povoamento da colônia.

Os engenhos que não tivessem portos seriam anti econômicos.

A ocupação, já o dissemos, firmou-se em bases puramente agrícolas. O eixo econômico seriam os engenhos, grandes centros da atividade e da vida da região. Mas, ao lado dos seus proprietários e, de certo modo, a sua sombra, estavam os lavradores de cana que forneciam o produto para industrialização. Os plantadores de "mantimentos" e algodão seriam em menor escala mas realizavam uma parcela de trabalho imprescindivel: abastecer a cidade e os engenhos, também grandes centros consumidores com sua considerável escravatura

No seu aspecto demográfico a existência das três raças já se apresentava nítida e visível. No campo, os brancos eram em muito menor número que as raças de côr.

O escravo índio que no começo fora quase exclusivamente utilizado, ia, aos poucos sendo substituido pelo negro, "o gentio de Guiné". Ao aproximar-se o final do século, já havia três mil escravos pretos contra quatro mil índios. A incurável preguiça dêste, sua natureza refrataria à sujeição, iam-no eliminando da senzala. No futuro, sua contribuição na formação demográfica do recôncavo açucareiro seria bem pequena.

Aquela sociedade agrária, escravocrata e híbrida, para usar a expressão feliz de Gilberto Freire, já começava a despontar com aqueles seus caracteres inconfundíveis.

Só a gricultura fixa o homem à terra, e por isso mesmo permite à sociedade consistência e organização.

Em bases solidíssimas estava firmado o núcleo baiano. Podia projetar-se dagora em diante, ocupando e povoando uma enorme parcela do território da pátria.

V

Antes porém, necessário se torna vermos o que ia pela costa oceânica nesse período inicial.

Já vimos a existência de currais entre Itapoan, Rio Vermelho e a cidade. E quase exclusivamente currais se estenderiam daí por diante.

De fato, se a cana de açúcar seria a grande base de fixação o boi serviria de motor de expansão para o interior.

A história territorial da Bahia fora da orla açucareira é escrita pelos rudes campeadores que, cobertos de couro, apascentavam o gado, repeliam os índios hostis e permitiam a conquista do sertão.

Das fazendas mais importantes, onde, em tôrno do curral, se reuniam os povoadores mais pobres e os índios amigos, nasceram as cidades sertanejas. As estradas modernas cobrem, quase tôdas as velhas trilhas por onde as boiadas ainda no século XVII, eram trazidas a capital do Estado.

Já dissemos que, ao tempo de D. Duarte a expansão não devia exceder Itapoan.

Entretanto o Snr. Borges de Barros (**Anais do Archivo Público da Bahia, XXIV, 1935, págs. 12/14) diz o seguinte:**

"em novembro de 549 o velho Garcia rumava para o sertão desbravando, antes, palmo, a palmo a linha de cortes? a começar de uma légua além do Rio Vermelho.

Formou uma tropa de 400 homens em que entraram portuguêses e índios mansos e levou como cabos de bandeira: João Homem, Domingos Fernandes Quaresma, Sebastião Vasques, Pedro Lopes e Antonio Jacomo".

"Os embates foram muito fortes contra os índios.

Basta dizer que no primeiro combate morreu o genro de Garcia.

Os encontros nas margens do Pojuca e Jacuipe foram dos mais sanguinolentos, pagando João Homem com a vida a ausadia da investida.

Em Janeiro de 1550 estava dominado o gêntio de Tatuapara, onde as tribos eram mais compactas. Oito aldeias foram encontradas

só nas margens do Pojuca em direção ao norte até uma légua adiante da enseada.

Em Tatuapara, o velho Garcia reorganizou as fôrças militantes, pôs Diogo Dias no lugar de João Homem que era seu substituto, e estabeleceu sua base definitiva de operação dispondo logo as cousas de modo que nada faltasse para o resto da emprêsa, e talvez a mais árdua, a escalada de Peraximim.

Verificou o guerrilheiro a excelência da situação, a elevação do terreno em cinquenta metros sôbre o nível do mar; a mata luxuriante; a abundância de pescado; a facilidade e o abrigo do porto; a fertilidade do solo e a estratégia do ponto, tendo ao sul o Pojuca, caminho seguro para a penetração pelo oeste.

E então lançou a base provisória do seu estabelecimento.

O descanso de dois meses retemperou a fibra dos lutadores, de sorte que em fins de março abalou a tropa para o ataque a Peraxim, que foi empresa mais séria do que se julgava, porque o seu número aumentou com os que, batidos na costa, para ali se retiraram.

Situados entre os rios Pojuca e Jacuipe, prolongando-se mais para o norte, em distância de seis léguas da costa, êsses índios inimigos figadaes dos que habitavam a cidade do Salvador, estavam concentrados em suas grandes aldeias, espalhadas pelos vales dos dois rios e nas cabeceiras mais altas.

Em princípios de abril começou o combate incenssante, várias vêzes interrompido para refôrço e descanso de tropas.

Os fornecimentos de tropas e víveres eram feitos regularmente pela estrada que vinha por Itapoan para a base de operações em Tatuapara.

As tropas atacantes subiram por êsse tempo a 1.500 homens.

A 15 de abril Fernandes Quaresma incendiou a aldeia maior com grande risco de vida, aprisionou 15 mulheres, dezoito columins e cinco índios adultos, escapando o chefe.

Recebidos reforços em maio, Garcia planejou o cerco por meio de colonias de assalto, debaixo de fuzilaria o que levou a efeito

O assalto durou até julho quando as últimas aldeias cederam à fuzilaria, e às setas inflamadas tangidas pelos abatirás que faziam parte da tropa assaltante.

Os índios cativos vieram para Tatuapara, onde se destinaram ao trabalho sob constante vigilância.

O govêrno geral, em recompensa, deu-lhes sesmarias, como fêz com outros no recôncavo.

Vencedor dos índios que infestavam a grande região, enorme e inestimável serviço prestado à Coroa, esta galardoou os serviços do velho guerrilheiro dando-lhe de sesmaria as terras conquistadas".

Fizemos questão de transcrever na íntegra o longo trecho para se ver a minúncia com que fatos tão longínquos são descritos.

É espantoso! Mas, impressionados, folheamos tôda a bibliografia quinhentista em busca das fontes que corroborassem o Diretor do Arquivo Público, e nada encontramos!

A serena exposição que será feita dos têrmos dessa expansão no período inicial é tôda em contrário.

Mas de logo apresentamos em contradita os seguintes argumentos:

1.º Não é possível que fatos de tal importância fôssem omitidos na correspondência de Thomé de Souza.

2.º Contemporâneos como Nóbrega e os jesuitas das Cartas Avulsas silenciam completamente com isto.

3.º Ainda no tempo de D. Duarte as aldeias indígenas contrárias ficavam na orla da cidade.

4.º Nas lutas contra êsses índios Garcia não tomou parte.

5.º Já no govêrno de Mem de Sa Tatuapara ainda era aldeia do principal Topeniquim.

6.º Os índios do Jacuipe e Pojuca ainda lá estavam em 1561 quando foram aldeiados em Bom Jesus.

7.º Garcia não obteve sesmarias na área em questão.

Até prova documental em contrário, não aceitamos a afirmação de Borges de Barros, ou então há um tremendo êrro de datas, costume, aliás, dêste historiador.

Voltemos a nossa exposição, declarando de logo que colocamos a margem a citação feita.

Até três léguas além do Joane as terras pertenciam ao Senado da Câmara (**Cf. Anaes do Arq. Bahia, XI, 9**), por sesmaria de 21 de maio de 1552, concedida por Thomé de Souza. A posse da mesma só se realizou cinco anos mais tarde em Itapoan.

O motivo da concessão era o bem do povo, isto é poderem estas terras visinhas utilisadas por vários moradores.

Não temos indicação precisa de locais. Garcia de Ávila tinha neste trecho uma grossa fazenda a duas léguas de Itapoan. Seria ai por perto de São Caetano.

No correr do século XVI, muitos moradores foram se instalando neste trecho. Em Itapoan pròpriamente, estava um Sebastião Luiz. Em Pitanga ficava o curral de João de Siqueira (**Cf. Confissões da Bahia, 163**). Sabemos de alguns outros: Antonio Serpa e Antonio Correa em Itapoan. Lomingos Rebelo e Antonio de Meira ao longo do rio de Joanes.

Nos princípios do século seguinte, decidindo petição de um certo Pedro Jorge, ali morador, a Câmara decidia, para evitar conflitos oriundos de aglomeração, que não se fizesse curraes a menos de seiscentas braças um do outro (**Fls. 155 v. Livro 1.º de Atas da Câmara**). O povoamento que no tempo de Gabriel Soares atingia quatro léguas da costa, teria se prolongado mais ainda.

Além da sesmaria da Câmara mais para o interior, os padres da Companhia tinham como se viu a aldeia de S. João. E como a aldeia do Espírito Santo com certeza obteve terras (**Cf. Atas da Câmara L. 1.º, 64**), só podem ser neste trecho. Ao tempo de Gabriel Soares, os padres tinham aí quatro ou cinco curraes. Mas a instalação deve ser das mais antigas, pois não só aquelas aldeias remontam aos primórdios do govêrno de Mem de Sá, como os jesuitas foram dos primeiros proprietários de gado.

Um pouco além de Arembepe começava a sesmaria do Conde de Castanheira, à qual se seguia a de Thomé de Souza, que ia até duas léguas aquém do Itapicuru (**Docs. 14, 441**).

Mas, já o dissemos, a sesmaria não quer dizer povoamento.

Ao terminar o govêrno de Mem de Sá a expansão territorial não ia além de Tatuapara, o que vale dizer apenas o Pojuca tinha sido alcançado.

Felisbelo Freire, com o seu critério de baseiar-se exclusivamente nas sesmarias e Borges de Barros, afirmava o contrário.

O depoimento, já invocado de Vicente Dias porém, e positivo: c. 1570, o povoamento estava a 10 ou 12 léguas da cidade.

Mas, o documento que abona desenganadamente a nossa tese, e a carta do Padre Ignácio de Tolosa, transcrita por Felisbelo Freire. (**Cf. História de Sergipe, 6**). O sacerdote declara que todo o caminho desde a aldeia de Santo Antonio até o Rio Real era despovoado completamente. Isto já em pleno govêrno de Luis de Britto.

A terra entre a sesmaria da Câmara e Tatuapara pertencia tôda a Garcia de Ávila. O ancestral da casa da Torre aforara a sesmaria de Castanheira. Tinha Garcia, aí, vários currais. Não sabemos quantos nem onde (**Cf. Gabriel Soares, 47**). Sabe-se apenas que pouco acima da foz, no rio Jacuipe, havia mais um.

Também são de acrescentar-se os que os padres da Companhia, em número de três, tinham na aldeia de Santo Antonio. Esta estava a umas três léguas aquém de Tatuapara e seria com S. João e Espírito Santo as únicas ainda existentes ao tempo de Manoel Telles. Refere Soares que tinha trezentos homens de peleja e uma formosa igreja de Santo Antônio.

A marcha para o norte só viria depois da expedição de Luiz de Britto.

Esta foi precedida de uma penetração pacífica pelos jesuitas.

"Na era de 574" o gentio do Rio Real, adversários dos portugueses vieram pedir aos padres para irem até lá. Foram observados durante alguns meses na Bahia para se equilatar suas verdadeiras intenções (**Cf. Informação dos Aldeiamentos, 371**).

Afinal, em janeiro de 1575, o provincial mandou para lá o P. Gaspar Lourenço e um irmão que, se chamava João Salonio. Acompanhava-nos uma companhia de 20 soldados, comandados por um capitão. Êste deve ter sido Garcia de Avila. Serafim Leite contesta-o dizendo que Gabriel Soares não dá o caso como certo.

Não podemos acompanhar o historiador sacerdote. Soares não afirma que Garcia fôsse o capitão. Mas diz que êste foi mandado por Luiz de Britto fundar a povoação, isto, antes da expedição do governador.

Como, nem Tolosa nem a Informação dos Aldeiamentos falaram nada de outros brancos, a viagem de Garcia só pode ter sido juntamente com a daqueles que acompanharam os padres.

Êstes foram desenvolvendo com fruto a catequese. Foram fundadas três igrejas: S. Thomé, quiçá nas imediações do Piauhy (**Cf. Felisbelo, Hist. de Sergipe, 5**), S. Inácio na aldeia de Surubi o mais importante e afamado dos principais, e S. Paulo.

Mas, não estava nos planos de Luiz de Britto, nem no dos colonos semelhante catequese. O que lhes interessava era desprezar os índios.

Em documentos citados por Serafim Leite (**Cf. História, I, 443**), vê-se que se considerou na Bahia feita a guerra ao Aperipê, decisão tardiamente reformada na metrópole.

Organisou o governador a expedição partindo da Bahia a 25 de novembro de 575, chegando ao Rio Real a 18 de dezembro e a S. Thomé a 21 (**Cf. Serafim Leite, cit. envoando Bras. 15, 292**). O alvoroço nas aldeias à notícia de aproximação do governador foi enorme. Descreve-a em vivas palavras o autor anônimo de Informação

dos Aldeiamentos com algum esfôrço o Pe. Gaspar Lourenço conseguiu que alguns permanecessem. A paga dessa confiança deram-na os portuguêses com incríveis maus tratos e brutalidades.

Surubi, porém, não se confiara e retirou-se com os seus, fato que logo se apressou o governador a declarar como de inimisade.

Em sua perseguição foi enviado um troço de homens que surpreendendo o principal em um capão, com êle travou luta, vindo o mesmo a morrer de um pelouro. Os demais foram cativados. Não faltou quem dissesse que tenham se entregado sob a formal garantia dos brancos de que os levariam de volta aos padres (**Cf. Inf. dos Aldeiamentos, 376**).

Transformada a igreja de S. Thomé em prisão, e nele recolhidos os partidários de Surubi, foi iniciada a campanha contra o Aperipê, "oficialmente" o objetivo da expedição. Mas êste prudentemente retirou-se para o interior e apesar de ter o governador feito tenaz perseguição, até cinquenta léguas para o sertão não o alcançou (**Cf. Fr. Vicente, História, 216**).

Mais uma vez, os pobres sacerdotes ensejavam a destruição do gentio, que culminou com a trazida para a Bahia dos de S. Thomé e Esperança, vindo quase todos a morrer.

A expedição não fora frutuosa. Descontentes ficaram os que a integraram (**Cf. Fr. Vicente, 217**). Contudo os índios foram despejados da faixa de terra entre o Itapicuru e o Real. Dúvidas não podem existir de que êles se situavam até à margem daquele rio porque Gabriel Soares nos diz peremptoriamente que Luiz de Britto ali encontrou roças de mantimentos e até de cana dos índios "que viviam ao longo dêste rio" (**Cf. Gabriel Soares, 45**).

Nestas terras foram concedidas duas grandes sesmarias, a importantes funcionários da metrópole. Duarte Dias, duas léguas (**Docs. 14, 441**) e Miguel de Moura quatro léguas (**Docs. 14, 464**).

Entretanto, inclinamo-nos a afirmar que esta primeira fase do povoamento, se ultrapassou o Inhambupe foi de pouco, e que caducas ficaram essas duas concessões.

A partir de Tatuapara, tinha Garcia dez currais pela costa, ou a pouca distância. Quem conhece o sistema de criação extensiva, sabe que a distância media dos currais é de uma légua, o que daria um total de dez léguas ou seja até o Inhambupe.

O assunto fica fora de dúvida diante da afirmação clara de Soares de que, em 1587, o Itapicuru ainda não estava povoado.

O que demonstra que a criação de Garcia, ainda em 1609, ou sejam vinte anos depois, estava concentrada aquém do Inhambupe é o seu testamento, peça que será melhor examinada, ao estudarmos o período seguinte.

Em resumo, esta exposição demonstra que esta primeira fase do povoamento; seguiu a orla marítima. Pelo Recôncavo da cidade a Cachoeira e pelo oceano, do Rio Vermelho a Inhambupe. Nesta última a penetração atingia três a quatro léguas de profundidade.

Só pelo Joanes êstes dois blocos se intercomunicavam, principalmente devido as duas aldeias dos padres.

A orla interior teve base puramente agrícola. Sua espinha dorsal eram os trinta e oito engenhos existentes (exclusive os além Paraguassu). A êles devem se acrescer seis casas de fazer mel. E, como produtores de mantimentos os lavradores de milho, mandioca e legumes. Para não omitir ninguém devem ser lembrados os plantadores de canas, que as forneciam aos engenhos e os fornecedores de lenha para os mesmos.

Já a expansão pela orla oceânica firmava-se em bases estritamente pecuárias. Cremos não ser exagerado avaliar-se em oito mil as cabeças de gado existentes em 1589. Só os padres tinham quinhentas vacas panderas, o que lhes dá um total de mil e quinhentas rezes, no mínimo. Garcia de Ávila teria umas quatro mil, admitindo-se a proporção dos seus currais para os dos padres: quatorze para seis. O restante fica para os criadores menores e o poquinho de gado existente em tôrno de cada engenho.

Neste período resta anotar apenas um fato.

Governava Manoel Telles quando em 1586, os índios de Sergipe a mando do principal Baepeba vieram convidar os padres a irem a suas terras. O prestígio dos sacerdotes não se tinha aniquilado com a aventura de Luiz de Britto.

Frei Vicente (**Cf. História, 326**) relata o caso a seu modo, ou antes a modo da gente do governador, isto é, que os índios pediram soldados para garantí-los dos contrários. Semelhante alegação é de todo inadmissível em face do ódio, da aversão e da desconfiança que o gentio de Sergipe tinha aos portugueses. Bem fresca na memória devia estar a expedição de 575. Só mesmo o misterioso prestígio dos padres da companhia podia abalar os emissários de Baepeba até as portas da Cidade do Salvador.

Já na "Informação das coisas mais notáveis do Brasil" o seu anônimo autor descerrava o veu e referia, por alto, como o fato se passara. Recente documento publicado por Serafim Leite (**Cf. História, II, 162**), desvenda inteiramente o caso.

Sabendo os moradores que os emissários de Baepeba, novamente de volta, anunciavam que grande número de índios vinham a caminho das aldeias dos padres, decidiram-se com licença do governador e insuflados pelo Abade de S. Bento, a irem atalhá-los pelo caminho.

Eram cento e cinquenta brancos e tresentos frecheiros, e seu principal empreendedor outro não era que Garcia de Ávila. Protestaram os padres do púlpito e pessoalmente perante Manoel Telles.

Era tal o absurdo, que êste, grande inimigo dos padres, revogou a ordem. Mas, com os que iam transmitiu essa decisão aos expedicionários a vinte léguas da cidade ia também quem levasse recados do Abade, dizendo que proseguissem que êle tudo acertaria com o governador.

Prosseguiram até encontrarem com os índios. Êstes aconselharam-nos a voltar porque só queriam se entender com os padres. Não sendo atendidos foram recuando paulatinamente até o Vasa Barris onde os seus estavam a carregar uma nau de França. Independentemente, os brancos seguiram-nos. Vendo o quão longe se achavam e que os selvícolas contavam com apoio de franceses, quizeram recuar. Era tarde. Atacados por todos os lados, meteram-se numa elevação para a resistência. Aí negociaram a vida por negra traição. Entregaram os seus trezentos frecheiros para serem devorados. Mas ao sairem do seu reduto, entregando as armas aos franceses, foram trucidados. Pouquíssimos escaparam para relatar a chacina.

A esta expedição muitas outras se tenham antecedido, provocando a morte de quinhentos brancos. Mas nunca em número tão avultado de uma só vez.

O fato provocou comoção pública na Cidade do Salvador. A guerra ao gentio foi declarada justa.

Enfim Sergipe ia ser conquistado.